

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES

CUSTÓDIO APOLÔNIO SANTOS DA SILVA JÚNIOR

O PELOTÃO DE FUZILEIROS DE SELVA E O PELOTÃO ESPECIAL DE
FRONTEIRA NOS POSTOS DE BLOQUEIO FLUVIAIS NO AMBIENTE
OPERACIONAL DE SELVA

Rio de Janeiro, RJ
2019

CUSTÓDIO APOLÔNIO SANTOS DA SILVA JÚNIOR

O PELOTÃO DE FUZILEIROS DE SELVA E O PELOTÃO ESPECIAL DE
FRONTEIRA NOS POSTOS DE BLOQUEIO FLUVIAIS NO AMBIENTE
OPERACIONAL DE SELVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ),
como parte dos requisitos para a conclusão do
Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob
orientação do TC Inf Rodrigo Otávio Fagundes

Rio de Janeiro, RJ

2019

CUSTÓDIO APOLÔNIO SANTOS DA SILVA JÚNIOR

O PELOTÃO DE FUZILEIROS DE SELVA E O PELOTÃO ESPECIAL DE
FRONTEIRA NOS POSTOS DE BLOQUEIO FLUVIAIS NO AMBIENTE
OPERACIONAL DE SELVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ),
como parte dos requisitos para a conclusão do
Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob
orientação do TC Inf Rodrigo Otávio Fagundes

Rio de Janeiro, RJ,

BANCA AVALIADORA

RODRIGO OTÁVIO FAGUNDES - TC INF
ORIENTADOR

Ten Richard Silva
Avaliador

Ten Wesley
Avaliador

Se fracassar, ao menos que fracasse ousando grandes feitos, de modo que a sua postura não seja nunca a dessas almas frias e tímidas que não conhecem nem a vitória nem a derrota.

Theodore Roosevelt

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, e logo após à minha família, os quais nunca mediram esforços para me proporcionar a base necessária para finalmente chegar até aqui hoje e realizar meu sonho, tornar-me oficial do Exército Brasileiro formado na Academia Militar das Agulhas Negras.

Sem jamais esquecer-me especialmente dos meus pais e irmãos, por estarem presentes em todos os momentos, seja nas frequentes idas e vindas, nas chegadas e despedidas, sempre me dando forças para seguir em frente.

RESUMO

Atualmente, o volume de problemas identificados em vias fluviais aumenta exponencialmente, sendo que uma parcela significativa desses incidentes é identificada na região fronteira amazônica. A partir dessa análise é possível extrair determinadas conclusões. Entretanto, face ao grande número de crimes transfronteiriços, tal tarefa se tornou um problema de nível nacional. Com o incentivo devido, o impacto obtido através de ações de fiscalização estão diretamente relacionados ao estado de segurança e proteção nacional. Um dos meios que apresenta maior efetividade e resultados concretos são os postos de bloqueio e controle fluviais. De maneira geral, a situação atual dos postos de bloqueio e controle fluvial é precária e não recebe devido valor, em face a sua contribuição para a segurança e desenvolvimento nacional. Com este pressuposto é proposto neste trabalho uma arquitetura de investimento e valorização a partir de análises de fatos e dados concretos almejando a evolução e maior eficiência deste meio de fiscalização. Para atingir este objetivo, a proposta utiliza, além de explicitar a grande capacidade dos postos de bloqueio visando a fiscalização e controle de ilícitos, um modelo de condições ideais para o desenvolvimento das tropas responsáveis e da região de atuação. O demonstração de viabilidade é realizada através de um protótipo que implementa a arquitetura proposta. O protótipo tem a capacidade de gerar meios que relacionam as necessidades com a melhora de resultados em um determinado período de tempo. A aplicação do protótipo em um cenário possibilitou demonstrar que a arquitetura proposta é capaz de obter resultados consistentes e satisfatórios, tanto para a evolução da situação atual da amazônia, quanto para o país como um todo.

Palavras-chave: Postos, Controle e Bloqueio, Fluvial, Desenvolvimento, Fiscalização.

ABSTRACT

Currently, the volume of problems identified in waterways increases exponentially, and a significant portion of these incidents is identified in the Amazon border region. From this analysis it is possible to draw certain conclusions. However, in view of the large number of cross-border crimes, this has become a national problem. With due incentive, the impact obtained through enforcement actions are directly related to the state of security and national protection. One of the means that presents the greatest effectiveness and concrete results are the fluvial block and control stations. In general, the current situation of fluvial blockade and control stations is precarious and does not receive due value, given its contribution to national security and development. With this assumption, this work proposes an investment and valuation architecture based on analyzes of facts and concrete data aiming at the evolution and greater efficiency of this means of supervision. In order to achieve this objective, the proposal uses a model of ideal conditions for the development of the responsible troops and the region of operation, in addition to explaining the great capacity of the blockade stations to control and control illicit activities. The feasibility demonstration is performed through a prototype that implements the proposed architecture. The prototype has the ability to generate means that relate the needs with the improvement of results in a certain period of time. The application of the prototype in a scenario made it possible to demonstrate that the proposed architecture is able to obtain consistent and satisfactory results, both for the evolution of the current Amazon situation and for the country as a whole.

Keywords: 68/5000 Posts, Control and Blockade, Fluvial, Development, Surveillance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Colete à prova de balas	20
Figura 2 — Capacete com viseira	20
Figura 3 — Mão amiga	21
Figura 4 — PSE	22
Figura 5 — OBA	23
Figura 6 — Organograma	26
Figura 7 — Organograma do Pelotão Especial de Fronteira(PEF)	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GLO	Garantia da Lei e da Ordem
PE	Polícia do Exército
Pel	Pelotão
Inf	Infantaria
SI	Selva
F Adv	Força Adversa
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
NC	Normas de Conduta
RE	Regras de Engajamento
Op Info	Operações de Informação
F Ter	Força Terrestre
CIGLO	Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem
Sup	Suprimento
CI	Classe
ECD	Em Condições De
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
SCmt	SubComandante
EM	Estado Maior
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
Km	Quilômetro(s)

LISTA DE SÍMBOLOS

@

Arrouba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos Específicos	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	15
2.1.1	DOCTRINAS	15
2.1.2	O EMPREGO DO PELOTÃO	15
2.1.2.1	Situação de normalidade	15
2.1.2.2	Situação de não normalidade	16
2.1.3	PRINCÍPIOS DE EMPREGO DAS OP GLO	16
2.1.3.1	Busca de apoio da população	16
2.1.3.2	Dissuasão	16
2.1.3.3	Iniciativa	17
2.1.3.4	Emprego criterioso da força	17
2.1.3.5	Atuação de coordenação e cooperação com agências	17
2.1.3.6	Ampla utilização das operações de informação (Op Info)	18
2.1.4	FASES DO EMPREGO DA TROPA	18
2.1.5	ESTUDO DE SITUAÇÃO	18
2.1.5.1	Missão	19
2.1.5.2	Inimigo	19
2.1.5.3	Terreno e condições meteorológicas	19
2.1.5.4	Meios	19
2.1.5.5	Tempo	20
2.1.5.6	Considerações Cívicas	21
2.1.6	TIPOS DE OP GLO	21
2.1.6.1	Posto de Segurança Estático	22
2.1.6.2	Operações de Busca e Apreensão	22
2.1.6.3	Operações de controle de distúrbios	23
3	POSTOS DE BLOQUEIO E CONTROLE FLUVIAL	25
3.1	FINALIDADE	25
3.2	PRINCÍPIOS BÁSICOS	25
3.3	ORGANIZAÇÃO	26
3.3.1	Grupo de Comando e Apoio	27
3.3.2	Grupo de via	27
3.3.3	Grupo de reação	27

3.3.4	Grupo de patrulha	27
3.4	TIPOS DE OCORRÊNCIAS	28
3.5	LEGISLAÇÃO PARA PBCFLU	28
4	PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA	29
4.1	MISSÃO	29
4.2	ORGANIZAÇÃO	29
4.3	ATIVIDADES ESPECÍFICAS	30
5	O PEF NA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE BLOQUEIO E CONTROLE FLUVIAL	32
5.1	FINALIDADES E VARIÁVEIS	32
5.2	QUANTO À ESTRUTURA FÍSICA	32
5.2.1	Meios orgânicos do pelotão	33
5.2.2	Reforço de meios	33
5.3	QUANTO AO TEMPO	33
5.4	QUANTO AO AMBIENTE OPERACIONAL	34
5.5	QUANTO À HIDROGRAFIA	34
5.6	QUANTO À ATUAÇÃO DA FORÇA ADVERSA	35
6	REFERENCIAL METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	37
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A participação do Exército Brasileiro nas operações de garantia da lei e da ordem na faixa de fronteira tem aumentado significativamente nas últimas décadas, o que vem contribuindo sobremaneira para a soberania nacional. Tal fato fica ainda mais explícito na declaração feita pelo antigo Comandante do Exército, General de Exército Albuquerque(2003):

Enfatizo a importância do preparo para emprego, na garantia da lei e da ordem(GLO), das OM de Polícia do Exército(PE), de guarda e das Forças de Ação Rápida(FAR), bem como daquelas localizadas nas áreas de maior possibilidade de emprego, sendo importante dotar com equipamentos especiais as tropas mais vocacionadas para a GLO.

Tendo em vista a alta complexidade das operações atuais, em que os fatores envolvidos dos dois lados do conflito estão em constante aprimoramento, é necessário por parte da tropa um alto nível de preparo e flexibilidade, para que sejam capazes de executar os mais diversos tipos de ações atingindo todos os objetivos impostos.

A presente pesquisa visa tratar deste tema, ou seja, levantar a bibliografia existente sobre o emprego do Exército Brasileiro nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem e, especialmente, do emprego do Pelotão de Infantaria de Selva no ambiente operacional de selva, visando concluir sobre as vantagens e desvantagens da utilização desse tipo de tropa na GLO.

Delimitamos o nosso foco de pesquisa à ocupação de Postos de Controle e Bloqueio Fluviais(PBCFlu) por um Pel Inf SI.

Torna-se necessário definirmos alguns conceitos que julguemos como fundamentais para o desenvolvimento deste assunto. Os PBCFlu são postos montados no contexto das Op GLO que visam ao controle do tráfego de veículos e pessoas por uma determinada via fluvial de interesse. O Pel Inf SI é um pelotão diferenciado no xespectro do Exército Brasileiro, pois possui estrutura e capacitação direcionada de tal forma que lhe proporcione características especiais para a atuação no ambiente operacional de selva, sem perder sua combatividade e mobilidade, o que possibilita o seu emprego nos mais variados tipos de missões.

A literatura que aborda o assunto é composta pelo manual do Exército Brasileiro, IP 85-1 Operações de Garantia da Lei e da Ordem(BRASIL,2002), pela Nota de Aula da Seção de Instrução Especial SIEsp-OP GLO(AMAN-20XX) ----- etc(ver notas de aula pelotão de infantaria/PEF).

É nítida a percepção que na literatura consultada encontramos uma pequena quantidade de trabalhos que relacionam os Pel Inf SI e as Op GLO. Pretendemos, então, responder ao seguinte problema: Quais são as vantagens de se empregar os

Pel Inf SI na execução dos Postos de Bloqueio e Controle Fluviais no contexto das Operações de Garantia da Lei e da Ordem?

Partimos da hipótese que o Pel Inf SI, pelas suas particularidades, é muito eficiente em Op GLO, principalmente pelo nível de adestramento da tropa amazônica no que tange à fiscalização da Força Adversa. E ainda, pode ser empregado na execução de PBCFlu por sua capacidade de manter-se infiltrado no ambiente operacional de selva por extensos períodos de tempo mantendo sua capacidade de combate.

Definimos como objetivos: analisar as vantagens e desvantagens decorrentes do emprego do Pel Inf SI na ocupação de Postos de Bloqueio e Controle Fluvial, levando-se em conta as possibilidades, restrições e variáveis desse tipo de operação.

Para alcançarmos os objetivos propostos seguimos a seguinte metodologia: inicialmente, realizamos o levantamento e estudo da literatura já existente sobre o assunto, em seguida relacionamos os conhecimentos obtidos entre si para chegar a conclusão sobre as possibilidades e restrições do Pel Inf SI na execução de PBCFlu e suas variáveis.

No primeiro capítulo procuramos abordar, a título introdutório, as características das Op GLO. Levantamos os tipos, os fundamentos e as peculiaridades que essas operações possuem e que as diferenciam dos outros tipos de operações.

O segundo capítulo é uma abordagem de forma mais profunda de um dos tipos de Op GLO citados no capítulo anterior: o Posto de Bloqueio e Controle Fluvial. Visamos expor de maneira transparente como é a forma que um PBCFlu é organizado, as ações executadas pelos militares que o operam e ilustramos um exemplo genérico das estrutura física de um PBCFlu.

No terceiro capítulo apresentamos o Pelotão de Infantaria de Selva. Abordamos suas características, possibilidades, limitações e estrutura organizacional, dando foco especial a cada um dos grupos que compõem o pelotão.

No quarto e último capítulo procuramos relacionar os capítulos abordados anteriormente, dando maior atenção ao Pel Inf SI na execução de PBCFlu. Realizamos uma análise das variáveis que possam vir a interferir e modificar a maneira como a missão será cumprida pelo pelotão. Por fim apontamos algumas oportunidades de melhoria do pelotão para que melhor possa executar um PBCFlu.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 **Objetivo Geral**

Analisar as vantagens e desvantagens decorrentes do emprego do Pel Inf SI na ocupação de Postos de Bloqueio e Controle Fluvial, levando-se em conta as possibilidades, restrições e variáveis desse tipo de operação.

1.1.2 **Objetivos Específicos**

Analisar as vantagens e desvantagens decorrentes do emprego do Pel Inf SI na ocupação de Postos de Bloqueio e Controle Fluvial.

Verificar as possibilidades, restrições e variáveis desse tipo do emprego do Pel Inf SI nesse tipo de operação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

2.1.1 DOCTRINAS

Os conhecimentos explicitados nesse capítulo estão calcados no manual militar do Exército Brasileiro, IP 85-1 Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Brasil, 2002), e na Nota de Aula Siesp-Operações de GLO (AMAN-2003).

De acordo com o Art. 142, da constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

A garantia dos poderes constitucionais brasileiros é uma das atribuições das Forças Armadas. O enquadramento das Operações de Garantia da Lei e da Ordem se enquadra no desdobramento dessa atribuição.

A execução dessas operações deve ser feita de maneira seriamente crítica, visto que seus impactos vão diretamente ao encontro do índice de credibilidade do Exército Brasileiro na sociedade, uma vez que sua zona de operações abrange tanto o ambiente urbano como o ambiente rural.

Visando o máximo desempenho desse tipo específico de missão, devem ser levados em consideração alguns fundamentos como a ampla utilização da propaganda, o máximo emprego da dissuasão, a limitação do uso da força e o máximo emprego da inteligência.

2.1.2 O EMPREGO DO PELOTÃO

O emprego da tropa em Op GLO pode ocorrer em duas situações: de normalidade e de não-normalidade. Apresentaremos a seguir essas duas formas de emprego que se diferenciam pelo modo de atuação da força adversa (F Adv).

2.1.2.1 Situação de normalidade

De acordo com BRASIL (2002), é a situação específica na qual a F Adv atua, sem causar prejuízos ou danos maiores à ordem pública, com a garantia pelo estado dos direitos individuais básicos da população. O Estado ainda detém o poder de manutenção da ordem pública através de seus instrumentos federais e estaduais nesse caso específico.

2.1.2.2 Situação de não normalidade

A situação de não-normalidade representa significativo grau de caos social. "Situação na qual as F Adv, de forma potencial ou real, comprometem gravemente a ordem pública, chegando a ameaçar ainda que potencialmente, a estabilidade institucional, a integridade e a soberania nacionais."(BRASIL, 2002, 2-2)

Situação excepcional onde o estado faz uso de suas salvaguardas constitucionais, exemplificadas na intervenção federal, estado de sítio e estado de defesa.

2.1.3 PRINCÍPIOS DE EMPREGO DAS OP GLO

De acordo com o manual de campanha EB-70-MC-10.242(Operação de Garantia da Lei e da Ordem), uma série de princípios regram as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, tais como: a busca de apoio da população, a dissuasão, a iniciativa, o emprego criterioso da força, a atuação de cooperação e coordenação com agências, a ampla utilização das operações de informação. Na sequência aprofundaremos a individualidade de cada fundamento.

2.1.3.1 Busca de apoio da população

O extenso emprego da propaganda e comunicação social é de grande valia e deve ser explorado de maneira criteriosa, uma vez que o êxito da operação depende diretamente desse fator.

A garantia de um ambiente seguro, o incremento dos serviços essenciais e de infraestrutura, a atitude correta e a boa comunicação entre os integrantes do componente militar e os habitantes locais são essenciais para assegurar o apoio da população. O conhecimento e o entendimento cultural são pré-requisitos em todos os níveis de planejamento e execução das operações. A conquista de corações e mentes é primordial para o sucesso das Op GLO, e, para tal, o grau de satisfação da população é um excelente indicador para mensurar o êxito nessas operações. (EB-70-MC-2.242, 2018, p.18)

2.1.3.2 Dissuasão

A utilização da dissuasão representa uma ferramenta que visa se colocar em uma posição vantajosa sobre o inimigo sem a necessidade da utilização direta de fogos diretos.

Consiste na conjugação de esforços, particularmente por meio de demonstrações de força, e por uma ampla superioridade de meios (massa), especialmente do componente militar, que desencorajem ameaças e potenciais APOP. (EB-70-MC-2.242, 2018, p.18)

2.1.3.3 Iniciativa

A iniciativa por parte das forças legais é essencial para evitar surpresas e sempre estar à frente do planejamento do APOP.

"As forças militares precisam ser proativas no desencadeamento de suas atividades e tarefas, evitando posturas reativas às ações das ameaças, minimizando o desgaste e possível desmoralização", de acordo com o Manual de Campanha de Operação de Garantia da Lei e da Ordem(EB-70-MC-2.242, 2018, p.18).

2.1.3.4 Emprego criterioso da força

O emprego de forma criteriosa da força deve ter atenção especial por parte dos comandantes de fração, uma vez que o contexto contemporâneo das operações militares é complexo e volátil, com forte presença de civis e rápidas evoluções de situação.

Representado nas atitudes, avaliações e raciocínio lógico que levam o militar a usar a força com respaldo jurídico e social, dando legitimidade às ações e à atuação dos vetores militares. Neste sentido, as normas de conduta (NC) e as regras de engajamento (RE) são os principais moduladores das ações a serem adotadas na operação. (EB-70-MC-2.242, 2018, p.18)

2.1.3.5 Atuação de coordenação e cooperação com agências

A constante interação e cooperação entre agências possibilita a exploração de todos os campos e áreas na sua plenitude. Ainda convém lembrar que, o incessante apoio entre agências transforma as deficiências e necessidades individuais de cada agência em soluções coletivas.

O sucesso das atividades e tarefas realizadas nas Op GLO requer que todos os vetores (militares e civis) trabalhem em direção a objetivos comuns. Em consequência, a fim de aumentar os níveis de colaboração entre os envolvidos, requer-se o desenvolvimento de métodos de planejamento, mecanismos e, em algumas situações, a sincronização de ações, de modo a obter sinergia entre os diversos vetores (militares e civis). EB-70-MC-2.242, 2018, p.18)

2.1.3.6 Ampla utilização das operações de informação (Op Info)

Juntamente com a questão da necessidade do apoio da população, podemos considerar a ampla utilização das operações de informação como um meio de busca legal da aproximação da população local aos nossos objetivos e interesses.

As operações de informação são essenciais nas Op GLO, pois atuam sobre o comportamento do conjunto de atores presentes na área de responsabilidade: a mídia; a população; os grupos e organizações; e os dirigentes e líderes, em todos os níveis. O emprego das Op Info é fundamental para a obtenção da legitimidade e da credibilidade das forças militares. (EB-70-MC-2.242, 2018, p.18).

2.1.4 FASES DO EMPREGO DA TROPA

Segundo o tradicional planejamento de uma operação convencional, o pelotão nas Op GLO também seguem uma sequência lógica e cronológica que serão apresentadas na sequência.

Em primeiro lugar, após o recebimento da missão o Cmt Pel deve atentar-se para o esclarecimento de todas suas dúvidas pertinentes ao cumprimento da missão e, após sanadas, realizar o planejamento sumário da operação. Logo após o comandante da fração deve se atentar para a simplicidade e clareza ao emitir sua ordem aos seus subordinados, focando na fácil compreensão por parte deles e conferindo a aprestamento de sua tropa.

Caso seja possível e necessário, realizará o reconhecimento da área de atuação do pelotão durante a operação. Logo após, diante dos dados e informações disponíveis, será realizado um planejamento detalhado da missão para emissão da ordem de operações.

Segundo o manual Operações de Garantia da Lei e da Ordem (2018), as fases de emprego da tropa se dividem em deslocamento, concentração, manobra e reversão.

2.1.5 ESTUDO DE SITUAÇÃO

De acordo com o manual de Operações (EB-70-MC-10.223), o estudo situação das Op GLO seguem também os fatores militares da decisão. Dividindo-se em missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e

considerações civis.

2.1.5.1 Missão

O fator missão é o mais importante para a boa análise da missão.

A missão é definida pela finalidade e ações a realizar. Normalmente, é o primeiro fator a ser considerado durante o processo decisório. O enunciado da missão contém: o “quê”, o “quando”, o “onde” e o “porquê” da operação. A missão é prescrita pelo escalão superior, contendo os principais aspectos que norteiam as ações daquele escalão. O comandante, de posse das informações disponíveis, confronta-as com o plano e o conceito da operação do escalão superior e orienta o seu estado-maior para a análise da missão. O estado-maior, após análise, propõe ao comandante um novo enunciado da missão. Após a aprovação do novo enunciado pelo comandante, este baixa sua diretriz de planejamento.”(EB-70-MC-10.223, 2017, p. 2-20)

2.1.5.2 Inimigo

O estudo do o inimigo aborda aspectos como:

O seu dispositivo (organização, tropas com suas localizações e mobilidade tática), a doutrina, o equipamento, as capacidades, as vulnerabilidades e as prováveis linhas de ação. Esses aspectos são obtidos por meio da análise integrada da situação do inimigo na operação em estudo e do conhecimento anterior, disponível em bancos de dados. (EB-70-MC-10.223, 2017, p. 2-20).

2.1.5.3 Terreno e condições meteorológicas

A análise do fator terreno é de grande valia uma vez que está diretamente relacionado às limitações e possibilidades das forças militares.

O estudo do terreno e das condições meteorológicas é realizado por meio da análise detalhada dos seguintes aspectos: condições de observação e campos de tiro, cobertas e abrigos, obstáculos que restringem ou impedem o movimento, acidentes capitais, corredores de mobilidade, vias de acesso e condições meteorológicas locais. (EB-70-MC-10.223, 2017, p. 2-20).

2.1.5.4 Meios

Os meios a serem considerados para o cumprimento de uma operação GLO podem ser organizados em dois grupos, os meios orgânicos do Pel e os provenientes do apoio logístico e tático de outras frações externas.

Os meios a serem considerados para as operações militares incluem os recursos materiais e humanos, constituindo-se em tropas adequadamente adestradas para o emprego. análise desse fator considera os meios necessários e os disponíveis para o cumprimento da missão, adequando-os à realidade e confrontando-os com as eventuais peculiaridades, deficiências e vulnerabilidades do inimigo. (EB-70-MC-10.223, 2017, p. 2-21).

Figura 1 - Colete à prova de balas



Fonte: https://www.gmtatico.com.br/wp-content/uploads/2015/10/tum_800_904.jpg

Figura 2 - Capacete com viseira



Fonte: https://ae01.alicdn.com/kf/HTB1Nt7XNVXXXcbXXXq6xXFXXJ/Cores-Airsoft-Tactical-Exrcito-2-M88-Capacete-Tiroteio-Ci-ssico-Capacete-Protetor-Preto-OD-com.jpg_640x640.jpg

2.1.5.5 Tempo

O Cmt Pel deve atentar especialmente para o fator tempo, transmitindo para a tropa a grande importância do rigoroso cumprimento e coordenação de horários impostos pelo escalão superior.

O comandante avalia o tempo disponível para o planejamento, a preparação e a execução das tarefas ligadas às operações. Inclui avaliar o tempo necessário para compor os meios, movimentar e manobrar as unidades em

relação ao inimigo e o tempo de planejamento dos subordinados. (EB-70-MC-10.223, 2017, p. 2-21).

2.1.5.6 Considerações Civis

A interação com o público civil age diretamente no bom andamento e aproveitamento das operações em ambiente urbano.

Traduzidas pela influência das agências, instituições e lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente e de infraestruturas sobre o espaço de batalha. A opinião pública favorável é um objetivo a ser buscado desde o nível político até o tático. Outro aspecto significativo são as questões jurídicas, que se aplicam à considerável parcela das operações militares. A legitimidade, no ambiente operacional, é um dos princípios mais importantes em relação ao apoio interno e/ou internacional. (EB-70-MC-10.223, 2017, p. 2-21).

Figura 3 - Mão amiga



Fonte: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/mao-amiga-do-exercito-leva-alento-e-esperanca-a-povoados-maranhenses-atingidos-pelas-fortes-chuvas-de-abril-

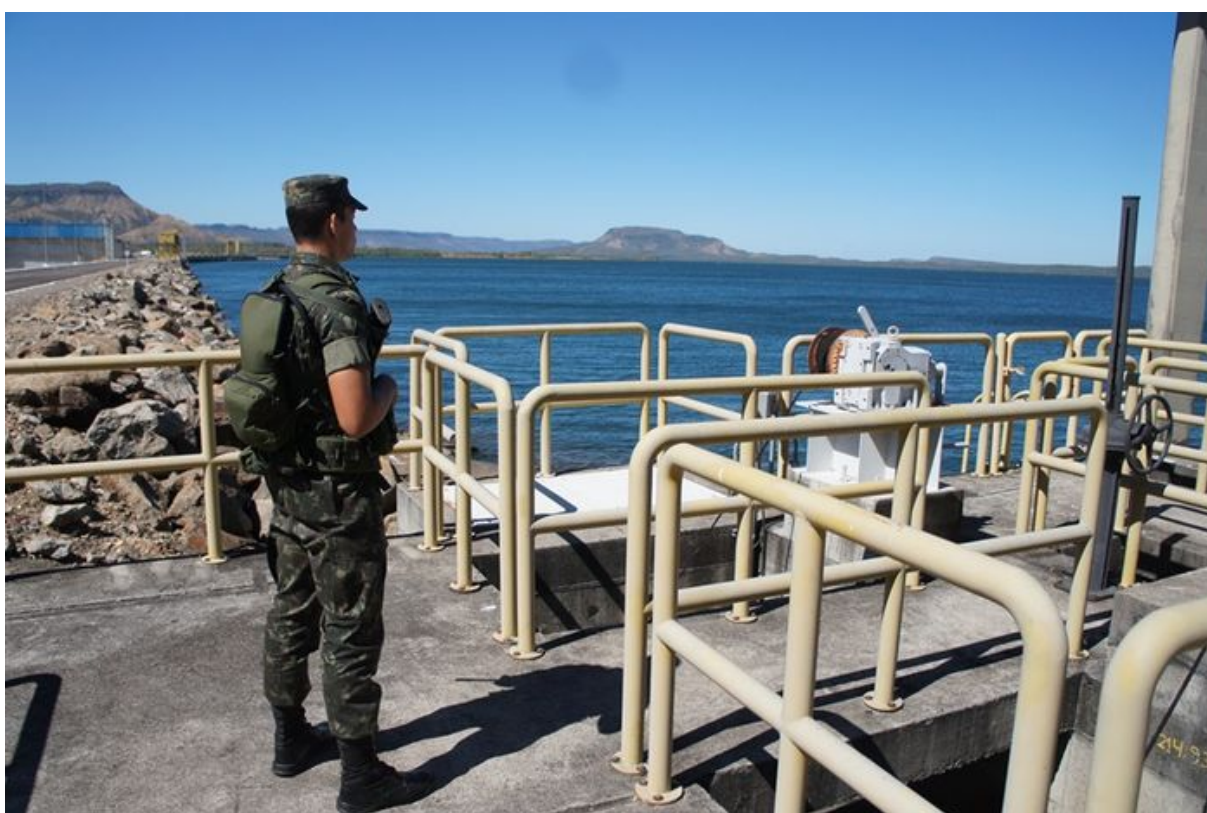
2.1.6 TIPOS DE OP GLO

Tomando como base o manual de campanha EB-70-MC-10.242 evidenciamos as 4 principais ações a realizar no que tange o espectro da garantia da lei e da ordem, exemplificadas nas operações de controle de distúrbios, estabelecimento de postos de segurança estáticos, nas operações de busca e apreensão e, por fim, o estabelecimento de postos de bloqueio. No próximo capítulo daremos especial atenção nas operações de Posto de Bloqueio e Controle Fluvial.

2.1.6.1 Posto de Segurança Estático

Em primeiro lugar apresentaremos o estabelecimento do Posto de Segurança Estático(PSE), os quais são instalados para proteção de pontos e áreas sensíveis. Apresenta como fundamental finalidade a manutenção do funcionamento da instalação ou evitar que seja alvo de depredações, ou até de sabotagens, conforme a gravidade da situação. O PSE pode ter como base: estações de tratamento de água(ETA), subestações de energia elétrica, aeroportos ou qualquer outra instalação vital para o controle da área de atuação do Exército.

Figura 4 - PSE



Fonte: http://www.3bdainfmtz.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=390:22d-b-i-exercicio-de-adestramento-em-posto-de-seguranca-estatica&catid=1:timas&Itemid=220

2.1.6.2 Operações de Busca e Apreensão

As Operações de Busca e Apreensão(OBA) representam outro tipo de operação GLO. Os mandados de busca e apreensão normalmente são emitidos por juízes da área de direito. Esse tipo de operação tem como finalidade a busca e subsequente apreensão de pessoas e materiais fora da legalidade, ou ainda que

tenham alguma conexão com crimes. As OBA requisitam de seus militares um excelente preparo, uma vez que desgastam a tropa significativamente, especialmente em área urbana. Diante deste motivo, devem ser cautelosamente planejadas, definidos objetivos claros e precisos e contarem com o apoio de operações de inteligência, psicológicas e de comunicação social.

Figura 5 - OBA



Fonte: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQl/content/6-bpe-realiza-uma-operacao-de-busca-e-apreensao-no-exercicio-de-glo

2.1.6.3 Operações de controle de distúrbios

As Operações de Controle de Distúrbio(OCD) têm como finalidade o restabelecimento da ordem de uma forma mais ampla. Exigem equipamento e materiais específicos.

O tratamento com a população insatisfeita e descontente faz necessária um nível de adestramento constante e especialização específica das tropas militares. Cabe ressaltar que a F Ter só deve ser empregada caso todos os meios das forças policiais nacionais, estaduais e municipais forem utilizadas, ou no caso específico do

distúrbio esteja ocorrendo em área sujeita à administração militar.

3 POSTOS DE BLOQUEIO E CONTROLE FLUVIAL

3.1 FINALIDADE

O Posto de Bloqueio e Controle Fluvial tem como finalidade a fiscalização e controle do trânsito de pessoas e materiais de forma ilícita em meios fluviais.

Tem significativa presença e atuação na região amazônica, onde o principal meio de transporte se dá pelo curso dos rios da região.

Apresenta como principais missões: o controle do movimento de pessoal e embarcações, o bloqueio do tráfego de material ilícito, o bloqueio do tráfego de pessoal suspeito, revistar pessoas e embarcações, realizar a prisão de elementos suspeitos, simpatizantes, colaboradores e terroristas.

A seguinte definição é apresentada pelo manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem EB-70-MC-10.242(2018, p. 5-7):

Os postos de bloqueio e controle fluvial são estabelecidos para controlar o movimento da população da área, capturar APOP, cooperar com a interdição ao apoio externo, restringir a liberdade de ação das ameaças. Os PBCFlu podem ser permanentes ou inopinados e seus efetivos podem ser variados, conforme o tempo de operação, finalidade, tamanho da via fluvial e seu fluxo. Normalmente, varia entre um grupo de combate a um pelotão. Devido às características da operação dos postos de bloqueio, a busca pessoal em mulheres deve ser integrada às frações militares policiais do segmento feminino.

Ainda tomando como base o manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem EB-70-MC-10.242(2018, p. 5-7), o qual aborda que os PBCFlu montados em locais aleatórios, de forma rápida e com pouco tempo de permanência tendem a produzir maiores resultados em termos de apreensões, ao passo que PBCFlu permanentes têm a capacidade de impedir o fluxo de APOP e de material ilícito por aquela via.

É apresentada a seguinte definição em BRASIL(2003, p.5-1):

É a operação realizada pelo emprego de barreiras para controlar o movimento da população na área, capturar membros da F Adv; isolar as F Adv na área de operações e impedir a entrada de seus apoios e reforços, restringindo a liberdade de movimento das F Adv.

3.2 PRINCÍPIOS BÁSICOS

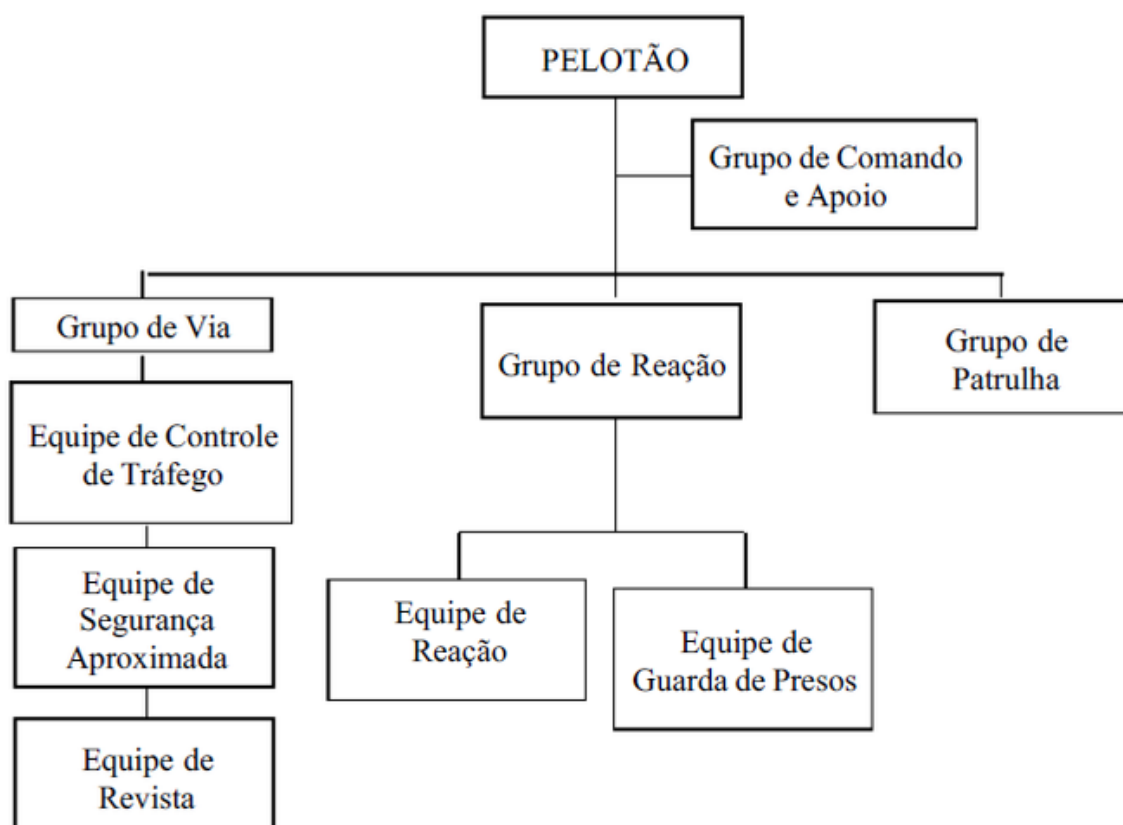
Antes da realização de um Posto de Bloqueio e Controle Fluvial devemos nos atentar a uma série de princípios básicos, tais como:

Realizar o reconhecimento do local, a fim de verificar a existência de espaço suficiente para o estabelecimento do posto de bloqueio e controle, estabelecer quais os objetivos principais a serem atingidos na operação, programar o dia, o horário e a duração da operação, prever efetivo para compor os grupos na operação, prever a necessidade de militares do sexo feminino e prever meios de sinalização.(Nota de aula do CIGLO, 2015, p. 74)

3.3 ORGANIZAÇÃO

Segundo a Nota de Aula do CIGLO(2015,p. 295) um PBCFlu deve ser organizado de maneira semelhante aos PBCE e, sempre que possível, devem contar com a presença de elementos policiais e/ou defiscalização, com jurisdição sobre a área (Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e outros).

Figura 6 - Organograma



Fonte: Nota de Aula CIGLO(2015, p. 75)

Os conhecimentos apresentados na Nota de Aula do CIGLO(2015) específicos sobre cada grupo serão expostos nos próximos itens a seguir.

3.3.1 Grupo de Comando e Apoio

O grupo de comando e apoio apresenta missões específicas, tais como: Manter as comunicações e a ligação com o escalão superior, controlar as atividades de Sup CI I e CI , providenciar o material necessário para a montagem e funcionamento do posto de controle e prever a necessidade de médicos e militares do segmento feminino(NOTA DE AULA DO CIGLO,2015).

3.3.2 Grupo de via

De acordo com a Nota de Aula do CIGLO(2015), é o responsável pelo controle do trafego dentro da via fluvial e pela montagem dos obstáculos. Este é dividido em equipes: a equipe de controle de tráfego, que controla o fluxo de embarcações na via e desempenha e desenvolve o critério de seleção, a equipe de segurança aproximada, a qual realiza a segurança dos elementos da equipe de revista e conduz os presos para a equipe de Guarda de Presos e pela equipe de revista, que realiza a abordagem e a revista de presos e embarcações suspeitas.

3.3.3 Grupo de reação

Segundo a Nota de Aula do CIGLO(2015) é dividido em equipes, são elas: a equipe de reação, a qual representa a força de reação ECD intervir fazendo frente à alguma ameaça, e a equipe de guarda de presos, responsável pela guarda de presos.

3.3.4 Grupo de patrulha

Tomando como base a Nota de Aula do CIGLO(2015), o grupo de patrulha representa o grupamento responsável por realizar o patrulhamento de todo o perímetro do PBCFlu, além de realizar a proteção da entrada e saída do posto de bloqueio e controle.

3.4 TIPOS DE OCORRÊNCIAS

Ainda levando em consideração a Nota de Aula do CIGLO(2015), são apresentadas as ocorrências que diariamente assoam os PBCFlu, tais como o transporte clandestino de armas, munições e explosivos, o tráfico de entorpecentes, as constantes tentativas de evasão do bloqueio, as resistências à prisão, os desacatos à autoridade, sequestros relâmpagos, embarcações furtadas e falta de documentação.

3.5 LEGISLAÇÃO PARA PBCFLU

Conforme a Nota de Aula do CIGLO(2015), o cidadão que é parado no posto de bloqueio e controle está em uma destas três situações: as situações de normalidade, onde será tratado com urbanidade, de suspeito, na qual será tratado com urbanidade e ocorrerá uma busca pessoal e na situação de criminoso, onde será realizada uma busca pessoal com a seguinte prisão em flagrante.

Os crimes que normalmente são cometidos são o de desacato, efetivado por quem desacatar militar no exercício de sua função de natureza militar ou em razão dela, o crime de desobediência, representado pela desobediência a ordem legal de autoridade militar, o crime de resistência, efetivado por quem se opuser à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, e o crime de uso da força, o qual explicita que não é permitido o emprego da força, salvo a indispensável no caso de resistência ou tentativa de fuga.

4 PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA

4.1 MISSÃO

Os Pelotões Especiais de Fronteira é a fração de infantaria específica no que tange a atuação na faixa de fronteira brasileira, nos rincões mais distantes do país leva a prosperidade e segurança, além de representar uma polo de desenvolvimento para as áreas nas quais são instalados. Os PEF apresentam como missões:

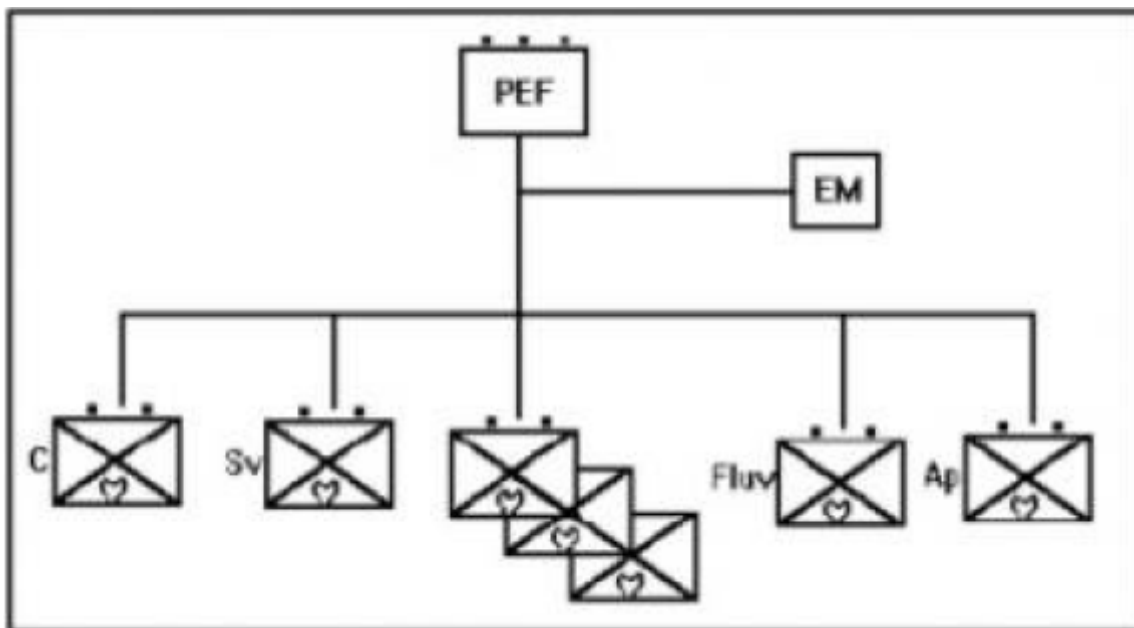
A vigilância da fronteira, cooperando ainda com a vivificação da área. Assim, as suas tarefas não se limitam à atividade militar, estendendo-se também às atividades complementares. Estas últimas ligam-se basicamente à produção, em pequena escala, de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal e à prestação de serviços para si próprio e para a comunidade civil existente ao redor do aquartelamento (IP 72-20, 1997, p. 115)

4.2 ORGANIZAÇÃO

Os PEF apresentam organização similar aos Pel Inf SI, com características e alguns grupos especiais para que se tornem capazes de atingir suas atribuições específicas com a rapidez e eficiência característica dessas frações que operam diariamente no ambiente operacional de selva.

De acordo com as instruções provisórias 72-20(O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, 1997), a organização de um Pelotão Especial de Fronteira é representada da seguinte maneira: o comando representado pelo comandante de pelotão, o estado-maior chefiado pelo subcomandante, o grupo de comando, o qual auxilia diretamente o comandante e seu EM na execução das atividades, o grupo de serviços, que subdivide-se em diversas turmas com tarefas específicas explicitadas na turma de administração, turma de suprimento e aprovisionamento, turma saúde, turma de manutenção e turma de serviços gerais. Ainda convém lembrar a existência do elementar grupo de combate, do grupo de navegação fluvial, responsável pela orientação nos extensos rios da região, e do grupo de apoio.

Figura 7 - Organograma do Pelotão Especial de Fronteira(PEF)



Fonte: IP 72-20(O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, 1997, p. 9-4)

4.3 ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Ainda tomando como base as instruções provisórias 72-20(O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, 1997) é explanado que o PEF possui tarefas complementares e missões específicas de fronteira, as quais serão abordadas a seguir.

Elencaremos em primeiro lugar as que se relacionam à produção. São elas a exploração de recursos locais através da caça e pesca, em caráter emergencial, a criação de animais de menor porte, a implantação de horta comunitária, o reflorestamento com árvores frutíferas e a exploração de armazém reembolsável, mediante ordem.

Em seguida teremos as missões relacionadas com a prestação de serviços: realização, com a sua infra-estrutura de apoio, de trabalhos de serraria, carpintaria, olaria, eletricitista, bombeiro e manutenção do patrimônio sob sua responsabilidade.

Por último temos as atividades específicas de fronteira desenvolvidas pelo PEF, exemplificadas nas instruções provisórias 72-20(O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, 1997), que cita o apoio a órgãos públicos na faixa de fronteira, a assistência de saúde às populações nativas, a atuação nas reservas indígenas, nos limites da lei, a atuação em face das aeronaves, veículos e embarcações estrangeiras, a atuação em face de organizações militares e

autoridades civis estrangeiras e a cooperação com o Comando do BIS na solução de pendências localizadas, antecipando-se ao surgimento de conflitos em sua área de responsabilidade.

5 O PEF NA OCUPAÇÃO DE POSTOS DE BLOQUEIO E CONTROLE FLUVIAL

5.1 FINALIDADES E VARIÁVEIS

Os objetivos de se empregar o PEF em PBCFlu, fazendo-se valer das características especialmente específicas as quais esse pelotão possui e que o distingue dos demais, são: controlar o tráfego de pessoas e embarcações, interditar o movimento de material ilícito e de pessoal suspeito, efetuar prisões, revistar elementos e embarcações, independente de seu porte.

Para atingir este objetivo, o comandante de fração deverá levar em conta todas as possibilidades, restrições, vantagens e desvantagens dos materiais, embarcações, armamentos e equipamentos frente às diversas situações apresentadas.

Alguns fatores merecem destaque, agindo diretamente na forma de como as ações serão desenvolvidas. Podemos citar como essenciais fatores como os materiais e meios disponíveis para o cumprimento da missão, tanto quanto no estabelecimento do ponto de controle, como de dotação da tropa, o tempo disponível pelo escalão superior para a execução da missão, impondo ao comandante a necessidade de priorização das ações mais importantes e fundamentais, o modo como a F Adv atua e as características e particularidades da ambiente operacional de selva e seus cursos fluviais.

O nível de influência de cada um desses fatores será abordado no prosseguimento do capítulo.

5.2 QUANTO À ESTRUTURA FÍSICA

A forma como se organizará o PEF na ocupação do PBCFlu e sua disposição no terreno está diretamente ligado aos meios de que o pelotão irá dispor para seu estabelecimento e terá conexão direta com a segurança da fração.

O Pelotão Especial de Fronteira pode estabelecer o PBCFlu de duas maneiras diferentes: fazendo uso apenas dos meios orgânicos do PEF ou contando com o reforço de meios por parte de frações externas ao pelotão.

5.2.1 Meios orgânicos do pelotão

Neste item vamos convencionar a ideia de que os meios orgânicos do pelotão são todos os materiais e equipamentos de pequeno porte que a tropa consegue transportar, sem influenciar no material de dotação do pelotão, sem a necessidade do reforço de meios externos por meio de suas embarcações.

Quando levamos em consideração a utilização apenas de meios orgânicos do pelotão, fica evidente que parte de sua capacidade estrutural operacional é comprometida, entretanto, é de grande valia lembrar que as embarcações, o armamento, o equipamento e o pessoal dos quais o pelotão dispõe o capacitam totalmente a serem capazes de mobiliar um PBCFlu sem auxílio de outras frações.

Ainda convém lembrar que essa situação de emprego do PEF é normalmente utilizada quando se tem uma restrição de tempo disponível para o estabelecimento do posto e cumprimento da missão, fator que será aprofundado posteriormente.

5.2.2 Reforço de meios

O apoio de meios externos age diretamente na eficiência e rapidez das ações do pelotão, tanto no que diz respeito à reação contra F Adv como o melhor controle de tráfego de pessoas e materiais.

Uma questão que merece atenção do comandante de fração é a questão do transporte de materiais incomuns à dotação do pelotão, os quais muitas vezes vão além da capacidade de transporte e mobilidade das tropas de infantaria.

A presença de um maior número de embarcações afetará diretamente a mobilidade do pelotão, porém solucionará o problema da capacidade de transporte de material e pessoal externo ao pelotão.

5.3 QUANTO AO TEMPO

O tempo disponibilizado pelo escalão superior para o cumprimento da missão afeta diretamente na maneira como o posto de bloqueio será ocupado e quais serão as ações que deverão ser priorizadas visando seu bom aproveitamento, caso o tempo disponível seja grande o pelotão poderá ocupar posições consecutivas em um curto período de tempo ou até mesmo se dividir e estabelecer diversos PBCFlu ao longo dos cursos de água da região amazônica.

Um importante fator que deve ser observado durante a análise do tempo é a questão da surpresa, situação ideal para o máximo aproveitamento dos postos de bloqueio, prezando sempre pelo sigilo. Tomando como base o conhecimento presente no caderno de instrução AMAN(2006), o PEF deve procurar ocupar diversos postos de bloqueio, em uma única jornada, para estabelecer, por um curto espaço de tempo e em horários inopinados, as revistas, ou ocupar um ponto fixo durante grande parte do dia ou noite para executar o PBCFlu.

5.4 QUANTO AO AMBIENTE OPERACIONAL

Os PBCFlu são essencialmente rurais, uma vez que o ambiente operacional de selva, segundo as Instruções Provisórias 72-1(1997) é uma região de relevo caracterizado, topograficamente, por um imenso baixo-platô, abrangendo áreas de terra firme, por uma planície, que engloba as áreas alagadiças de várzeas, e pelas encostas de dois planaltos que a limitam, o planalto brasileiro ao sul e o guianense ao norte.

Ainda tomando como base as IP 72-1(1997), a vegetação amazônica é dominada pela floresta Equatorial, a qual subdivide-se em floresta de Terra Firme e floresta de Terras Inundáveis. A floresta de Terra Firme ocupa áreas que se acham fora do alcance das águas das cheias e constitui a floresta Amazônica típica, com árvores de grande porte, onde as copas se entrelaçam impedindo a penetração de raios solares. Abaixo dessa cobertura vegetal, o ambiente é úmido e sombrio. A floresta de Terras Inundáveis desenvolve-se nas margens dos rios da Planície Amazônica, sendo chamada de mata de várzea, o terreno é relativamente limpo e a vegetação apresenta também árvores de grande porte, diferentemente da mata de igapó, que é constituída de uma vegetação mais densa e de menor porte.

5.5 QUANTO À HIDROGRAFIA

Para o estabelecimento do PBCFlu o principal fator do ambiente operacional de selva a ser levado em consideração é a hidrografia da região, sua riqueza de rios pertencentes à imensa bacia amazônica. A bacia como um todo possui cerca de 23.000 km de vias navegáveis e permite a navegação de grande calado, em qualquer época do ano, até Iquitos, no Peru.

Os rios da bacia sofrem grande influência das chuvas modificando completamente a paisagem do período da cheia para a seca, ocasionando problemas à navegação.

São apresentadas diversas condicionantes à navegação nos rios amazônicos, tais como:

A utilização intensiva de "práticos"; uso de barcos com casco chato, ou de pequeno calado; restrição no comprimento das embarcações; e a dificuldade de acesso a pontos afastados da calha principal a embarcações da Marinha de Guerra, que possam prover apoio de fogo(IP 72-1, OPERAÇÕES NA SELVA, 1997, p 2-2).

Tomando ainda como base as IP 72-1(1997), é ressaltado outro fator hidrográfico que determina modificações na topografia, além de ser aspecto importante na navegação fluvial, que é a mudança no curso dos rios amazônicos. Se levarmos em consideração o contexto geral dos rios, os amazônicos são relativamente jovens e por esse motivo ainda não possuem devida estabilidade em seus cursos, sendo assim, por exemplo, o que hoje é uma alça de um rio, amanhã pode estar transformado em lago, pela retificação do curso.

5.6 QUANTO À ATUAÇÃO DA FORÇA ADVERSA

A forma de ação da F Adv na área de operações do PEF tem conexão direta com o estabelecimento do PBCFlu.

Os APOP podem executar uma variedade de ações ilegais as quais são particulares de cada situação. Podemos destacar ações como: terrorismo, sabotagens e transporte de material e pessoal de forma clandestina.

O comandante de pelotão deve analisar todos os dados de inteligência disponíveis, tanto os fornecidos pelo escalão superior como a experiência de sua própria fração naquela região específica. O planejamento do estabelecimento do PBCFlu deve se atentar para todos os fatores e costumes inerentes à força adversa, procurando sempre se antepor às ações inimigas e evitando o fator surpresa contra as tropas legais. A montagem de linhas de ação devem atentar criteriosamente para todas as informações e informes constantes na ordem de operações e aos fornecidos diretamente por outras tropas ou pelos próprios membros do pelotão, visando repreender e dissuadir qualquer tipo de conduta que a F Adv está tendo na região ou possa vir a apresentar durante a missão.

Devemos lembrar que, apesar de ser aconselhável, dar maior atenção às atividades no interior da ocupação do Posto de Bloqueio e Controle Fluvial pode vir a atentar contra a segurança da própria fração que está estabelecendo o posto, uma vez que deixaram de dar a devida importância a ações que considerarem de menor importância. Fato que pode ser amenizado se as atividades e medidas previstas para o PBCFlu continuarem a serem desenvolvidas normalmente, mas dando um

foco maior à repressão e dissuasão das atividades levantadas anteriormente sobre a forma de ação das forças ilegais na região.

6 REFERENCIAL METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica para discorrer sobre a importância da atuação dos pelotões especiais de fronteira e pelotões de infantaria de selva na ocupação de Postos de Bloqueio e Controle Fluvial, abordando sua constituição, peculiaridades, princípios, legislações e missões. Todos os apontamentos destes conteúdos foram feitos a partir de livros e estudos que evidenciam a significativa importância do estabelecimento de PBCFlu por parte das frações de infantaria de selva.

A pesquisa trouxe aspectos abordados pela compilação de estudos do Ministério do Exército com sua imensa gama de manuais como o EB-70-MC-10(A INFANTARIA NAS OPERAÇÕES, 2018), que aborda amplamente todo o espectro da infantaria, sua organização e atuação nos mais diversos tipos de operações. Grande embasamento nas Instruções Provisórias 72-1(OPERAÇÕES NA SELVA, 1997) e 72-20(BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, 1997) os quais trouxeram grande conhecimento sobre a especialidade do emprego das tropas de infantaria no ambiente operacional de selva, assim como as peculiaridades do relevo, hidrografia e vegetação da região amazônica.

Outras referências importantes da pesquisa bibliográfica foram a Nota de Aula do Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem(2015), a qual trouxe específico conhecimento sobre as ações a realizar quando se trata da garantia da lei e da ordem, como a ocupação de um Posto de Segurança Estático e o estabelecimento de um Posto de Controle e Bloqueio Fluvial, e no EB70-MC-10.242(OPERAÇÃO DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, 2018), que nos possibilitou adquirir tamanho aprendizado sobre as particularidades e características especiais do emprego da tropa nas Op GLO.

O trabalho concluso foi elaborado para investigar a realidade do emprego dos PBCFlu no ambiente operacional de selva nos últimos anos, elencando suas possibilidades, restrições, vantagens, desvantagens e suas variáveis de acordo com a diversidade de critérios e aspectos analisados.

Logo após, foram selecionados as principais abordagens bibliográficas e confrontados com a corrente realidade das operações brasileiras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as possibilidades e limitações constantes no emprego das frações de infantaria no ambiente operacional de selva, preconizadas nos manuais IP 72-1(1997) e IP 72-20(1997), onde o emprego de frações neste ambiente é estudado. Buscamos também descrever e apresentar amplamente as Operações de Garantia da Lei e da Ordem de acordo com o manual EB70-MC-10.242(2018) e a Nota de Aula do Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem(2015).

Foi abordada a importância das Op GLO no quadro atual de operações brasileiras, em especial na selva amazônica. Apresentando seus princípios, fases, doutrinas e métodos de planejamento, dando um especial enfoque ao processo do estudo de situação por meio da análise dos fatores de decisão.

Foram apresentados ao PEF, indo além da individualidade das frações de infantaria comuns, conhecendo suas finalidades, modos de operação, princípios e organização, descobrindo que cada homem da fração tem um papel especial e uma missão de extrema importância a ser cumprida.

Verificou-se a importância da ação de Garantia da Lei e da Ordem mais tradicional e eficiente do Exército Brasileiro, a ocupação de um Posto de Bloqueio e Controle Fluvial. Embasado em sua legislação analisou-se sua organização, as missões de cada grupo, sua finalidade de ação, peculiaridades e capacidades frente ao exótico ambiente de selva e as principais ocorrências com que o soldado brasileiro se depara diariamente no cumprimento de suas missões.

De acordo com a bibliografia e documentos analisados, constata-se a necessidade de um maior investimento por parte do governo federal no que se refere à quantidade de meios e pessoal para o controle e fiscalização das vias amazônicas. O emprego das forças legais na área vai muito além de suas tarefas essenciais, traz desenvolvimento e prosperidade para as suas regiões de influência, muitas vezes agindo como o principal centro econômico da área.

Em face ao exposto, é claramente notável que as Op GLO estão se intensificando fortemente no decorrer dos últimos anos, porém as mesmas operações correntes na selva amazônica não estão recebendo o devido enfoque que são dignas de ter.

Diante do apresentado no decorrer do trabalho, fica nítida a necessidade de novos planejamentos e estudos focados na área de operações fronteira amazônica, dando atenção especial às tropas que cumprem essas árduas missões na região.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Cadeira de Metodologia da Pesquisa Científica. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Resende: Acadêmica, 2014. (Apostila).

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. **EB20-MC-10.217**: Operações de Pacificação. 1. ed. 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.228**: A Infantaria nas Operações. 1. ed. 2018.

BRASIL, Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.239**: Polícia do Exército. 1. ed. 2018.

BRASIL, Ministério da Defesa. **EB70-MC-10.242**: Operação de Garantia da Lei e da Ordem. 1. ed. 2018.

BRASIL, Ministério do Exército. **IP 72-1**: Operações na Selva. 1. ed. 1997.

BRASIL, Ministério do Exército. **IP 72-20**: O Batalhão de Infantaria de Selva. 1. ed. 1997.

BRASIL. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento: procedimento. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. **NBR 6028**: resumos: procedimento. Rio de Janeiro, 1990.

Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem. **Nota de Aula**. 1. ed. 2015.

_____. **Portaria n.734, de 19 de agosto de 2010**: Conceitua Ciências Militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. Centro de Documentação do Exército. Comandante do Exército. Disponível em: http://www.decex.eb.mil.br/port_/leg_ensino/2_educacao_eb-decex/29_port_734_CmtEB_19Ago2010_ConcCienciasMil.pdf. Acesso em: 22 mai. 2019.